

**COMITÊ DE GERENCIAMENTO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO
ARARANGUÁ
ATA DA LI ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COMITÊ ARARANGUÁ**

1 Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro de 2018 (dois mil e dezoito), às
2 14h, no auditório do CETRAR/EPAGRI, em Araranguá, realizou-se a 51ª
3 Assembleia Ordinária do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do
4 Rio Araranguá. Presentes, os representantes da Diretoria do Comitê, os
5 representantes das entidades-membro e SDS/DRHI, representantes do
6 Mampituba e demais entidades interessadas, conforme livro de presenças. O
7 presidente Luiz Ismael de Camargo Leme deu boas vindas a todos os
8 presentes e deu início à assembleia. Yasmine de Moura da Cunha (UNESC) fez a
9 leitura da pauta do dia contendo os seguintes assuntos: 1. Aprovação das
10 Atas 47ª, 48ª e 50ª Assembleias Ordinárias; 2. Agenda 2019; 3. Experiência de
11 uso racional da água para irrigação – ADISI; 4. Processo de integração do
12 Mampituba; 5. Aplicação dos recursos e Aprovação dos Planos de
13 Comunicação e Capacitação; 6. Assuntos Gerais. **1º Assunto de pauta** -
14 Yasmine referiu-se às atas 47ª e 48ª enviadas por e-mail, que foram aprovadas
15 e a 50ª também enviada por e-mail e procedeu a leitura da mesma, acatando
16 correções apontadas por SungChen Li (21ª ADR) e por Casagrande, com
17 aprovação pela assembleia. **2º Assunto de pauta**- Foi realizada a inversão da
18 pauta, para que Michele Pereira da Silva (AGUAR) pudesse apresentar a
19 aplicação de recursos e as diferenças entre os dois projetos, vindo este
20 assunto como segundo ponto de pauta. Patrice fez alguns questionamentos:
21 Quem pediu para que os valores fossem iguais para as duas bacias? Quanto
22 por cento é do Araranguá e do Urussanga? A AGUAR apresentou uma
23 proposta de trabalho para o Estado sem aprovação anterior pela assembleia?
24 Michele explicou que do total de valores, ficou 50% para cada bacia e como era
25 um edital de ampla concorrência a AGUAR foi indicado pelo Governo do
26 Estado a não apresentar e aprovar o projeto em assembleia. Marini
27 complementou que era um edital público. Patrice considerou errado que o valor
28 para a bacia do rio Urussanga fosse o mesmo, pois a bacia tem menos
29 municípios que a bacia do rio Araranguá. Comentou que o valor deveria ser
30 proporcional à área de abrangência de cada Comitê. Mas se o Estado aceitou
31 desta maneira e os dois comitês também, desta vez seria assim. Questionou se

32 o contrato da AGUAR é de dois anos e comentou que as propostas devem ser
33 apresentadas e aprovadas antes pelos comitês e devem dar acesso a qualquer
34 entidade que queira participar do processo de licitação. Michele respondeu que
35 o edital de licitação estava aberto e isto foi levado à assembleia e relatado que
36 a AGUAR estava sendo preparada para concorrer. Ressaltou que na
37 concorrência de um edital não se pode apresentar a proposta para vários
38 concorrentes. Patrice contrapôs que o comitê é independente e a AGUAR está
39 vindo para ser um braço junto à SDS para fazer a parte administrativa do
40 comitê, então o comitê tem obrigação de apresentar o plano dele para qualquer
41 um que solicitar. Marini entrevistou retificando que o plano foi apresentado na
42 assembleia. Patrice pronunciou-se ressaltando que os planos deveriam ter sido
43 apresentados antes e que estranhava que a bacia do rio Urussanga, com
44 apenas nove municípios, fosse tratada pela AGUAR da mesma maneira que a
45 bacia do rio Araranguá com 22 municípios, recebendo o mesmo
46 valor. Considerou que o erro está no procedimento da AGUAR que já ganhou a
47 licitação. Ressaltou ainda que a vantagem de uma entidade executiva para dois
48 comitês é que se acontecer de sobrar recursos na bacia do rio Urussanga a
49 AGUAR pode repassar para a bacia do rio Araranguá; que o presidente da
50 AGUAR e os presidentes dos comitês têm de conversar e trabalhar em
51 conjunto, pois não é a AGUAR que manda, são os comitês; que os integrantes
52 dos comitês têm de trabalhar, por uma questão de cidadania e têm sua
53 responsabilidade; que a questão de recursos hídricos não vai acabar, vai
54 apenas ficar mais exigente. Marini entrevistou colocando que todos do comitê
55 sabem das dificuldades que enfrentam, relatou a contribuição da ADISI e que o
56 comitê viu na AGUAR uma possibilidade, mas com reajustamento para dar
57 legalidade para a AGUAR. Patrice retificou que o erro não seria da AGUAR,
58 mas seria um começo de experiência nova. Deixou claro que os membros do
59 comitê não devem ficar de braços cruzados, deixando a AGUAR trabalhar
60 sozinha pois não seria assim que funciona e que a secretaria executiva não
61 seria apenas uma pessoa sozinha a trabalhar. Recomendou que os dois
62 comitês sempre conversem com a entidade executiva e que havia entendido
63 que a determinação de ser 50% para cada comitê teria vindo do Estado.
64 Michele explicou que o valor que vinha pelo Estado era apenas o dos técnicos.
65 Patrice considerou que como já foi para edital não caberia aqui uma aprovação,

66 mas uma apresentação, pois os presidentes dos comitês já aprovaram. Michele
67 ressaltou que precisava ratificar para o Estado que se tem dois projetos, pois o
68 primeiro sofreu alterações. Patrice ressaltou que mesmo que os presentes na
69 assembleia discordassem dos valores, nada poderia ser feito, mas que se
70 confia no trabalho da AGUAR e dos comitês. Considerou então que não é
71 aprovação, é ratificação, pois o projeto já foi aprovado pelo Estado e explicou
72 que onde atua a divisão dos valores é diferente entre os comitês Tijucas,
73 Cubatão e Camboriú. Michele exemplificou como ficaria se a divisão fosse
74 diferente, os valores ficariam muito diferentes e que o comitê do rio Urussanga
75 não aceitaria. Renato Bez Fontana (Gerente de Outorga, representante da
76 SDS) manifestou-se dizendo que o Rui que acompanha mais os comitês e
77 considerou que os comitês estão maduros e integrados para tomar as
78 decisões. Que o importante é gastar bem, para reverter para a sociedade, que
79 muita coisa pode ser feita e que os valores são significativos. Deve-se pensar
80 nos projetos a serem executados. Patrice ressaltou que a sua preocupação
81 seria de sobrar recursos num comitê e faltar no outro, que isto a AGUAR deve
82 cuidar. Cenilda apresentou-se, dizendo que está como coordenadora da
83 AGUAR, com experiência desde 2006 no comitê Urussanga, com experiência
84 na condução dos comitês. Manifestou que não falaria em nome do comitê do
85 rio Urussanga, mas da AGUAR. Relatou que os contratos ainda estão em
86 andamento, que o plano foi elaborado com sugestões que vieram da SDS, a
87 partir da experiência da SDS com os comitês Tijucas e Itajaí, e a partir de
88 discussão conjunta dos planos de trabalho, com aprovação da SDS. Relatou o
89 histórico de evolução dos planos de trabalho, relacionando o ajustamento às
90 orientações e exigências da SDS. Que caso não seja aprovado, teria de haver
91 uma alteração no SiGESP, o que traria transtornos aos comitês e à AGUAR.
92 Reiterou que houve um acordo de valores entre os dois comitês e que as ações
93 dos dois são bem semelhantes. Volnei Meller (EPAGRI) afirmou que se deve
94 relevar esta decisão, pois é um processo inicial. Concordou com Patrice e
95 colocou que deve haver o cuidado para que um organismo que vai ser gestor
96 de decisões dos comitês não se transforme num mecanismo de gestão à
97 própria vontade e que os próximos planos devam ser elaborados pelos
98 comitês, apresentados para os comitês e entregues para a AGUAR fazer o
99 planejamento financeiro e administrativo daquilo que está determinado no

100 planejamento. Isto não vai acontecer agora pela situação de juntar os dois
101 comitês. Michele afirmou que a AGUAR não toma decisão nenhuma, só
102 executa. Tem-se que aprovar um plano de capacitação e no comitê do rio
103 Araranguá tem-se que fazer dez capacitações por exigência do edital são para
104 os membros dos comitês. As planilhas orçamentárias vieram com base de
105 esboço elaborado pela SDS em 2015, pela lei 3019/2014, a partir do
106 planejamento das ações dos comitês, com reuniões com a diretoria e equipe
107 técnica do comitê. Relatou as capacitações e ações programadas. Volnei
108 entrevistou dizendo que não haveria necessidade de detalhamento e que bastaria
109 explicar que as ações do plano resultaram de decisões tomadas pelo comitê e
110 encaminhadas à SDS. David Tomaz (STRM) manifestou-se, dizendo que o
111 comitê não teria capacidade de fazer a gestão do seu recurso, por isso
112 precisaria de uma terceira entidade, parecendo que é para dificultar o
113 processo. Defendeu a ideia do próprio comitê fazer a gestão do recurso.
114 Michele ressaltou que o comitê não tem CNPJ. David ressaltou que isto deveria
115 ser mudado. Patrice explicou que a existência de uma entidade executiva é
116 uma coisa boa, pois se o Estado tivesse de criar uma Agência de Bacia para
117 cada um dos 24 comitês não teria recursos. Governo reorganizou em 16
118 regiões de gerenciamento e conseguiu instituir 5 entidades executivas.
119 Estranhou o plano ser aprovado pela assembleia após já estar na SDS e no
120 sistema. David ressaltou que a existência das entidades confunde o
121 empoderamento dos comitês. Marini entrevistou ressaltando que foi a própria
122 diretoria executiva e comissão consultiva do comitê que construiu o plano.
123 David retrucou que não estava se referindo ao plano, mas de não deixar de
124 fazer o pleito de que o próprio comitê pode gerir o seu recurso. Marini
125 respondeu que o comitê tem de seguir aquilo que o Estado repassa e que as
126 definições partiram da diretoria. David defendeu a ideia de os próprios comitês
127 gerirem seus recursos. Sung Chen Li exemplificou que os recursos da UFSC
128 são geridos pela FAPEU, que a dinâmica construída foi esta. E explicou a ideia
129 defendida pelo David. Michele na sequência solicitou a aprovação de algumas
130 questões que necessitam ter alteração de rubrica, explicando detalhadamente
131 cada questão. Marini referiu-se à dificuldade de uso do veículo sem seguro
132 renovado. A assembleia aprovou as alterações. Michele explicou as
133 responsabilidades dos secretários executivos, de repassar as solicitações para

134 a AGUAR, após aprovação pela diretoria. E após pediu licença para se
135 ausentar. **3º Assunto de pauta** – Agenda 2009 proposta: Reuniões da
136 Comissão Consultiva – 21/fevereiro, 25/abril, 13/junho, 15/agosto, 17/outubro,
137 05/dezembro. Assembleias – 21/março, 18/julho, 21/novembro. Luiz Leme
138 procedeu a apresentação e aprovação da agenda 2009. Questionado se há
139 uma rotatividade de dias ou se sempre ocorrem nos mesmos dias da semana.
140 Luiz Leme respondeu que são nas quintas-feiras, Assembleias no período
141 vespertino e reuniões da Comissão Consultiva no período matutino. Aprovada
142 a agenda, seguiu-se o próximo assunto de pauta. **4º Assunto de pauta** -
143 Experiência de uso racional da água para Irrigação – ADISI. Marini apresentou
144 slides com dados de monitoramento levantados diariamente, durante as safras
145 2000/2001 – 2017/2018 e dados mais consistentes a partir de 2006, com o
146 monitoramento pluviométrico, que comprovam que o plantio em agosto
147 economiza água. Mostrou os parâmetros de quanto se planta e quanto se
148 consome de água e as conclusões a partir das pesquisas: que o período mais
149 crítico para a demanda de água inicia no mês de outubro até 20 de dezembro;
150 identificãodas seguintes deficiências - a maioria das taipas possui
151 vazamento, e não possuem altura e largura suficiente para armazenar água;
152 com o aumento do plantio em solo seco e a retirada da água para a adubação,
153 aumentou a dificuldade para levar água para todas as propriedades; observou-
154 se que muitas propriedades não guardam água da chuva; ocorre falta de
155 comunicação entre os sócios para organizar o plantio e uso da água. Como
156 recomendações: melhorar a distribuição da água em até 70%, com taipas com
157 estrutura para armazenar água; melhorar a comunicação entre sócios e
158 aproveitamento da água da chuva; limitar a área do plantio em solo seco.
159 Marini ressaltou como ponto positivo que nas últimas seis safras houve uma
160 redução de 20% nos 3.000 hectares irrigados. Rogério Bardini (COOTIL) citou
161 os resultados das quatro bases pluviométricas nos últimos 7 anos. Marini citou o
162 professor Dr. Nilzolfo Ladwige o engenheiro agrônomo Volnei Meller(EPAGRI)
163 como grande parceiro e incentivador da ADISI. David Tomaz comentou sobre a
164 experiência interessante e divulgação dos resultados. Pediu explicação sobre a
165 sobra d'água e se o cálculo de água para irrigação incluía a água da chuva.
166 Marini respondeu que a pesquisa de doutorado do Dr. Álvaro Back aponta
167 eficiência do sistema da ADISI de 54% no uso da água e os 46% que não se

168 tem eficiência deve-se à falta de aproveitamento da água da chuva. Nos
169 últimos dois anos a ADISI conseguiu que seus sócios fizessem a programação
170 de semeadura, pulverização, etc, acompanhando as previsões climatológicas.
171 David Tomaz questionou se a água de sobra em algum momento pode ser
172 cedida para plantações que não façam parte da associação. Marini respondeu
173 que sim. David questionou se o cálculo pode ser ainda menor. Marini citou o
174 trabalho do professor Nilzo identificou quase 400 hectares que usam
175 exclusivamente a sobra de água. E levantamento com agrônomo Vagner De
176 Matiade que 4.480 hectares só em Nova Veneza pegam água exclusivamente
177 do rio São Bento, sem outra alternativa. Previsão de chegar a 3.450 – 3.500
178 hectares que pegarão água exclusivamente da ADISI com tomada de 2.200
179 litros/por segundo. David Tomaz ressaltou que os resultados são importantes
180 no trabalho da ADISI e que na verdade não existe sobra. Marini admitiu que
181 não existe e ressaltou que é uma questão de sobrevivência. Referiu-se ao
182 trabalho coordenado pelo professor Nilzo segundo modelo da Embrapa, que
183 fornecerá uma “radiografia” de todas as famílias – qual a porcentagem que vive
184 só da produção do arroz, ou vive de 70% da produção de arroz e 30% do leite,
185 aves, etc. Tem-se sensor de nível instalado pelo Dr. Álvaro Back para controlar
186 uma entrada e duas saídas, o que facilita o monitoramento ao longo de quase
187 15 km, de Nova Veneza até Forquilha, para monitorar quanta água está
188 saindo do sistema. Professor Ludin chamou a atenção que em 2012 ficaram 28
189 dias, antes de fechar o barramento, com 2.200 litros/segundo e não chegava
190 no final do percurso, o que representa que 100% infiltrava ou evaporava. Volnei
191 Meller complementou que 60% da água para o arroz vem dos mananciais e 40
192 % vem da chuva e o seu melhor aproveitamento vem da melhoria das
193 máquinas. Só na região que abrange Forquilha, parte de Meleiro e Maracajá,
194 a rizicultura armazena nas calhas um volume de 4 (quatro) vezes o volume da
195 barragem do rio São Bento. Foi questionado sobre qual percentual da área
196 plantada e percentual necessário para reserva de alimentação na propriedade.
197 Marini respondeu que este cálculo foi realizado pela manhã. Volnei Meller
198 respondeu que depende do ângulo, do tipo de solo, da época de plantio. Que o
199 barramento individual na propriedade não deve ser feito para todo o consumo
200 da rizicultura, pois necessitaria levantar muita área. Proposta de
201 armazenamento para resolver o problema de falta de água de outubro a

202 novembro. Foi questionado se teria um percentual já calculado, e respondeu
203 que dependeria de cada situação. Marini citou o doutorado do engenheiro
204 agrônomo Dr. Marcos Back que monitorou 44 pontos nos municípios de Nova
205 Veneza e Forquilha na bacia do rio São Bento para definir a velocidade de
206 infiltração no solo. Referiu-se ao caso de uma propriedade em Nova Veneza
207 onde ocorre uma infiltração 5 (cinco) vezes mais que noutras propriedades. Se
208 ocorrer uma crise hídrica, sabe-se onde desativar uma propriedade. Volnei
209 entrevistou complementando que não se foge do dado de percentual, mas há
210 muitas variáveis. Exemplificou citando plantio solo seco, Lâmina permanente,
211 mês, variedade e outras. Parâmetro usado: não deixar o solo rachar até vir
212 nova chuva, regando em caráter emergencial. Luiz Leme agradeceu. Volnei fez
213 uma colocação em relação à importância do trabalho da ADISI, pois este risco
214 citado terá desdobramentos em relação à outorga e cobrança de água, que são
215 desafios que surgirão daqui algum tempo. Marini citou Patrice que lembrou que
216 a CASAN não vende água, tem contrato só de uso. Volnei manifestou que
217 chegará o momento em que o Comitê deverá decidir o preço da água, tem-se
218 então perfis de associações na rizicultura diferenciados. Ressaltou que o
219 trabalho da ADISI em relação à gestão dos recursos hídricos busca
220 permanentemente a economia de água e contribui para a melhoria das
221 informações de hidrologia regional. No momento em que se estabelecer a
222 cobrança de uso, deve-se considerar um preço para um cliente como a ADISI
223 que faz investimentos e outro preço para quem não faz nenhum investimento,
224 pois se você premia no preço da água quem faz investimento na gestão do
225 recurso hídrico você está incentivando a gestão racional do recurso hídrico e
226 está forçando a pessoa que não sabe fazer gestão de recurso hídrico a pagar
227 mais. Se ela desperdiçar água terá de pagar mais, se não é organizada no uso
228 da água terá de pagar mais. Isto irá aparecer no momento de decidir sobre o
229 preço da água. Marini lembrou que a ADISI foi fundada em 1984 e até agora
230 investiu quase R\$ 3.000.000,00, mais de 70 mil sacas de arroz dos sócios –
231 investiu em indenizações, barragem, recuperação ambiental, reaproveitamento
232 com mais de 700 horas de retroescavadeira, trabalho ao longo dos anos,
233 graças à boa vontade e esforço dos sócios produtores. David Tomaz salientou
234 que o Plano de Recursos Hídricos da bacia do rio Araranguá é bom, pois
235 identificou as diferenças, citando que deve ser tratado de modo diferenciado

236 quem faz a boa gestão de recursos hídricos, reservação, preservação
237 ambiental – mata preservada, nascente viva. Casagrande (SAMAE) reportou-se
238 à explanação do Marini e a sua dificuldade de entender o que representa
239 25.000.000 m³ de água numa área semelhante sem gestão e
240 acompanhamento. Propôs para a próxima assembleia ou em outra
241 oportunidade (EPAGRI teria estes dados) trazer uma comparação do que
242 representa o uso sustentável de recursos hídricos como o da ADISI com o uso
243 realdestes recursos na bacia. Marini complementou referindo-se à visita de uma
244 associação do Rio Grande do Sul, que com 2.000 litros/segundo, quase a
245 mesma captação da ADISI (2.200 litros/segundo) tem capacidade para plantio
246 de apenas 1.100 hectares, com dificuldades em ampliar, enquanto a ADISI com
247 planta quase **duas vezes mais**. O técnico do RS referiu-se ao resultado pelo
248 uso racional do recurso. Volnei Meller referiu-se a dados de 1974, quando se
249 utilizavam 12 mil litros/m³; atualmente tem-se informações de uso de 5 mil
250 litros/m³. Considerou que houve uma redução brutal por uma série de fatores.
251 Achou importante trazer estes dados para a assembleia, para auxiliar na
252 evolução do comitê, considerando a outorga e organização do comitê, que
253 deve ser melhor munido de informações. Renato Bez Fontana tomou a palavra
254 e salientou que o Comitê deve ser a favor da outorga e cobrança. Defendeu a
255 ideia de se discutir bem os critérios de outorga e cobrança. Considerou que o
256 setor agrícola deve pagar menos e que se deve pensar no conjunto da obra,
257 pois tem-se outros usos de água, como para indústria e citou fábrica de MDF,
258 altamente poluente, que usa mais de 1 milhão de litros de água por dia do
259 subsolo sem pagar nada por isso. Enquanto outras indústrias usam muito
260 pouco. Ressaltou que é necessário melhorar os critérios de outorga e citou a
261 outorga de quatro empresas, uma com consumo de mais de 1 milhão de litros
262 por dia e outras com consumo de m³ por mês, com as mesmas exigências.
263 Considerou a cobrança uma coisa justa, que muitas empresas são altamente
264 produtivas, lucram muito com isto, citou as minerações e que a sociedade
265 também deve ser beneficiada. Fez considerações de que o setor da agricultura
266 é o que menos preocupa e que menos tem de se preocupar, pois já busca
267 reservação e alternativas e é o setor mais preocupado com a cobrança.
268 Ressaltou que se a cobrança for implantada, o comitê tem opinião relevante
269 nesta questão, a respeito de quem cobrar e de que forma. Considerou que se

270 está longe ainda da cobrança, pois não se tem legislação, mas que quando a
271 cobrança for implantada será bom para a região, porque se tem muitas
272 diferenças de consumo do recurso, com alguns consumindo milhões de litros
273 sem pagar nada. O setor da agricultura já está pagando, investindo, realizando
274 ações. Referiu-se à extração e reposição dos aquíferos e à determinadas
275 situações geológicas em que para a água se movimentar 10 anos pode levar
276 até 300 anos. Luiz Leme deu sequência com o **5º Assunto de pauta** - Processo
277 de integração do Mampituba. Luiz Leme apresentou como tem ocorrido o
278 processo de integração do Mampituba, com datas, locais e pautas de cada
279 reunião. Referiu-se à ida à Torres com Michele, antes de 25 de julho, em
280 Sombrio, com divulgação do plano em território gaúcho. Referiu-se ao Fernando
281 Meireles, diretor do departamento de recursos hídricos no RS e à reunião de 25
282 de julho em Sombrio, com chamamento para divulgação do plano em território
283 catarinense. Citou que o governo gaúcho se propunha a elaborar um Plano de
284 Recursos Hídricos. Participação no dia 13 de setembro de uma reunião de
285 enquadramento em Torres. Em 25 de outubro Fernando veio novamente à
286 Santa Catarina, em São João do Sul, com presença do César e Rui e viram
287 como é a metodologia utilizada para o enquadramento. Imersão para
288 elaboração e discussão das ações do plano nos dias 09 e 10 de novembro em
289 Torres, com presença de Vinícius da SDS. E previsão de reunião para
290 aprovação preliminar do plano dos afluentes gaúchos do rio Mampituba para
291 05/dezembro. Citou a possibilidade de realização de uma reunião
292 extraordinária para que pudesse ser apresentado o plano ao comitê.
293 Considerou que os dois comitês ganharam com o processo. E que os
294 procedimentos de enquadramento do RS serviram de exemplo para
295 realizarmos o enquadramento na bacia do rio Araranguá, que não consta no
296 Plano de Recursos Hídricos aprovado. Reportou-se à assembleia na ANA em
297 13 de novembro em que Fernando conseguiu fazer uma apresentação da
298 gestão compartilhada e esta situação será levada à reunião do Conselho
299 Nacional de Recursos Hídricos em dezembro. A gestão compartilhada sendo
300 aprovada pode-se pedir recursos para ajudar na questão da bacia do rio
301 Mampituba. **Em continuidade ao 2º Assunto de pauta** - Aplicação dos recursos
302 e Aprovação dos Planos de Comunicação e Capacitação, WilliansBiehl, do
303 Portal Veneza, representando a Francine, apresentou o plano de comunicação

304 para o Comitê Araranguá e Yasmine apresentou o plano de capacitação. Na
305 sequência, Luiz Leme fez o convite para evento do dia 24 de novembro, um
306 mutirão de limpeza perto do late Clube com pessoas que possuem standup,
307 caiaque ou canoa, que se reunirão às 8h da manhã de sábado no Beco das
308 Dunas. Haverá pessoal por terra e por água, receberão coletes e se distribuirão
309 rio abaixo e rio acima para realizar a coleta. **6º Assunto de pauta** - Assuntos
310 Gerais. Luiz Leme reforçou convite para reunião de pré-lançamento do Plano
311 de Recursos Hídricos do Mampituba no dia 05 de dezembro. Renato Bez
312 Fontana parabenizou o Marini, ressaltou que procurou fazer o melhor e
313 agradeceu ao Comitê sem saber qual será o futuro assumindo o Comandante
314 Moisés, pois seu cargo é comissionado. Nada mais havendo a tratar, e estando
315 esgotadas as discussões, o Presidente Luiz Leme encerrou a reunião
316 agradecendo a presença de Patrice, à SDS e a todos os presentes e fez um
317 chamamento a todos para participarem das ações do comitê. Declarou
318 encerrada a reunião, e eu, Yasmine de Moura da Cunha, lavrei a presente ata,
319 cujas assinaturas dos presentes encontram-se registradas no respectivo livro
320 de presenças, e o registro de áudio encontra-se arquivado na sede do Comitê.

321
322
323
324
325
326
327
328
329
330
331
332
333



Luiz Ismael de Camargo Leme
Presidente do Comitê Araranguá

Yasmine de Moura da Cunha
Secretária Executiva